



Gustavo Lima/CD



Senado vota MP do Código Florestal na próxima semana

Medida deve ser analisada em esforço concentrado na terça e na quarta-feira, duas semanas antes de perder a validade. Texto aprovado na Câmara é fruto de acordo

O presidente do Senado, José Sarney, fez a convocação após ouvir os líderes dos partidos. Mudanças no texto feitas em agosto, na comissão mista que fez análise prévia da

MP, desagradaram a presidente Dilma. A possibilidade de vetos dificultou a aprovação na Câmara, que acabou ocorrendo na última terça-feira. No Senado, a tendência é que não haja dificuldade. **3**

Zavascki será sabatinado terça-feira **3**

MP do Código Florestal foi aprovada na noite de terça-feira pelos deputados

Comissão analisa normas para PPPs **4**

Gerardo Magalhães/Agência Senado



Senadores Pimentel (E) e Sérgio Souza (D) com o deputado Assis Carvalho, no colegiado

Acordo deve acelerar exame da MP do Pasep **4**



Senadora Ana Rita é a presidente e deputado Sandro Mabel, o relator da comissão que analisa MP

Grupo avalia prorrogação de contratos do Ceitec **4**

TST antecipa medidas previstas em projetos **2**

Mozarildo comemora free shop em fronteira **4**

Marcos Oliveira/Agência Senado



Senado celebra história da Secretaria de Informática

Exposição sobre as quatro décadas do Prodasen foi inaugurada ontem e poderá ser visitada até o dia 28 de setembro. **2**

Doris Peixoto fala na inauguração da mostra, ao lado de Fernando Cesar Mesquita (E) e Afranio Erasmo Fernandes Moreira



Doris Peixoto, ao lado de Afranio Moreira, ressaltou na inauguração da mostra a importância do Prodasen na atividade legislativa

Exposição registra os 40 anos do Prodasen

Mostra sobre a história do órgão de tecnologia de informação da Casa ficará aberta até 28 de setembro, na Senado Galeria, e remete a novos avanços a serem possibilitados pela automação

O SENADO INAUGUROU ontem uma exposição que mostra soluções em tecnologia da informação durante os 40 anos de existência da Secretaria Especial de Informática (Prodasen). A exposição, que ficará aberta até 28 de setembro na Senado Galeria, traça a linha do tempo em que se processaram as principais mudanças no âmbito da tecnologia de informação na Casa.

Ao lado de autoridades e funcionários, a diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, abriu a mostra falando da importância do Prodasen na atividade legislativa. Segundo Doris, o Prodasen tornou-se parceiro indispensável para a construção da democracia e para a evolução e o aperfeiçoamento do trabalho dos parlamentares. Ela considerou a criação do órgão um marco que, ao longo do tempo, se tornou exemplo de eficiência.

— O povo que não reconhece sua história não tem perspectiva de futuro. As glórias do passado nos enchem de orgulho. Devemos buscar em conjunto estratégias e motivação para pensar no Prodasen para a próxima década — disse a diretora-geral.

Doris ressaltou que o desenvolvimento tecnológico trazido pelo Prodasen possibilitou

avançar no tempo, com o aperfeiçoamento de trabalhos que seriam impossíveis sem o apoio tecnológico, disse.

A criação do órgão teve participação do atual presidente do Senado, José Sarney, que à época já exercia mandato na Casa. Em 1971, Sarney propôs no Plenário a organização de comissão para estudar a criação de um centro de dados de informação que seria o embrião da hoje Secretaria Especial de Informática.

— Aqui, quando cheguei, fui um dos responsáveis, com Carvalho Pinto e Franco Montoro, pela comissão que esquematizou o que é hoje o Prodasen. Como presidente, levei a informatização a todos os gabinetes e ao Plenário — recordou Sarney em fevereiro de 2011, ao tomar posse no cargo de presidente do Senado.

Pioneirismo

O diretor do Prodasen, Afranio Erasmo Fernandes Moreira, afirmou que o órgão foi o primeiro a implantar a tecnologia da informação aplicada à atividade legislativa. Ele contou que o Prodasen foi inicialmente criado para melhorar o processo legislativo e de apoio aos trabalhos do orçamento, mas, ao longo de

sua história, evoluiu.

— Nossa capacidade evoluiu em torno de 50 mil vezes, possibilitando o armazenamento de 189 anos de história do Senado — acrescentou Afranio Moreira.

Também foi aberta ontem a mostra de equipamentos existentes no Museu do Prodasen, no Espaço Cultural Ivandro Cunha Lima.

O Prodasen nasceu em 1972 para ser um instrumento para a modernização do Poder Legislativo. Logo após a criação, o órgão elaborou um sistema operacional que automatizou o cálculo do Orçamento da União.

Na década de 1980, levou informática aos gabinetes dos senadores e deu suporte aos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Na época, criou um sistema que permitiu a informatização de todo o processo de elaboração da Constituição.

No início da década de 1990, prosseguiu o processo de informatização do Senado. Atualmente, existem mais de 4 mil estações informatizadas de trabalho em toda a Casa. Entre as iniciativas com a participação do Prodasen, estão o Portal do Gestor e o serviço Siga Brasil, portal que reúne informações orçamentárias.

Tribunal antecipa direitos trabalhistas previstos em projetos

Decisões recentes do Tribunal Superior do Trabalho (TST) têm ampliado os direitos trabalhistas, por vezes antecipando-se a medidas previstas em projetos em tramitação no Congresso.

Na última segunda-feira, por meio da Súmula 378, o TST decidiu que o empregado que tem contrato por tempo determinado também goza da garantia provisória de emprego em caso de acidente de trabalho. Os ministros do TST também alteraram a Súmula 244 para assegurar estabilidade provisória à mulher gestante, mesmo quando contratada por tempo determinado.

No projeto PLS 294/11, a senadora Ângela Portela (PT-RR) propõe que o auxílio por natalidade seja ampliado, atendendo até as mães sem vínculo empregatício. O valor do benefício seria de um salário mínimo, por seis meses.

O PLS 561/11, do senador licenciado Blairo Maggi (PR-MT), trata do tema da Súmula 378. Pelo texto, o segurado que sofreu acidente tem garantida, por ao menos 12 meses, a manutenção do contrato de trabalho na empresa, após o fim do auxílio-doença.

Responsabilidade

Para a senadora Ana Amélia (PP-RS), é importante apoiar a ampliação dos direitos do trabalhador. No entanto, ressaltou que a responsabilidade de legislar pertence ao Congresso: — O Judiciário deveria se limitar à interpretação da lei. E ao Executivo cabe criar as condições de sua implementação.

Já Paulo Paim (PT-RS) não vê problema no fato de o TST tocar em temas de projetos de lei:

— As decisões do TST podem facilitar a aprovação dos projetos no Congresso.

Rolleberg felicita novo reitor e aponta desafios da UnB

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) reafirmou ontem, em Plenário, compromisso com a Universidade de Brasília (UnB). Ele felicitou o novo reitor eleito, Ivan Camargo.

O senador destacou, entre avanços recentes, a duplicação do número de professores e alunos nos últimos cinco anos, a partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

Ele mencionou também os desafios da nova gestão, como a melhoria da infraestrutura, a qualificação do ensino e da pesquisa e maior interação com a sociedade.

— O Brasil espera muito da Universidade de Brasília.



Waldemir Barrato/Agência Senado

AGENDA



A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>

PLENÁRIO: Pronunciamentos

14h Sem votações marcadas para esta quinta-feira, sessão plenária de hoje tem agenda não deliberativa, destinada apenas a pronunciamentos de senadores.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Anibal Diniz

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Tentam culpar o PT pelos males da política, diz Anibal

Anibal Diniz (PT-AC) criticou setores da mídia e da oposição por afirmarem que o mensalão é o primeiro ou o maior escândalo de corrupção do Brasil.

O senador disse que a corrupção no Brasil começou antes, lembrando que o governo Fernando Henrique Cardoso foi acusado de comprar votos de parlamentares para aprovar a emenda constitucional que instituiu a reeleição de presidentes da República.

— Quem instituiu a reeleição foi o presidente Fernando Henrique, mudando a regra do jogo para se autobeneficiar. Ali, sim, valeu o método da compra de votos — afirmou.

Anibal disse que os oito anos de governo de Luiz Inácio Lula da Silva e os dois primeiros do mandato da presidente Dilma Rousseff trouxeram inúmeros avanços para o país.

O parlamentar citou como exemplos a ampliação de



Anibal: mensalão não é o 1º nem o pior escândalo de corrupção do país

100 para 400 no número de escolas técnicas durante os dois mandatos de Lula e o Programa Luz para Todos, que tem levado energia elétrica para “milhões de lares”.

De acordo com o senador, parte dos meios de comunicação e parte da oposição ao governo estão deturpando a história do país, “querendo colocar todos os males da política brasileira na conta do Partido dos Trabalhadores, que está no exercício da Presidência da República há apenas dez anos”.

Souza pede que CPIs possam decretar sequestro de bens

Sérgio Souza (PMDB-PR) defendeu ontem, em discurso, a aprovação de proposta de sua autoria que garante às comissões parlamentares de inquérito (CPIs) o poder de decretar a indisponibilidade de bens das pessoas em investigação, sem precisar recorrer ao Judiciário.

— A sugestão é que essa prerrogativa seja dada ao Parlamento. Se ele tem poder de quebrar sigilo bancário e fiscal, até mesmo prender quem falta com a verdade, além de indiciar, recomendar

punição exemplar, por que não ter o poder, no momento da existência de uma CPI, de decretar a indisponibilidade de bens? — questionou.

O senador mencionou a PEC 31/12 por causa da decisão da CPI do Cachoeira de pedir ao Ministério Público Federal em Goiás que requiera à Justiça o sequestro dos bens em nome de integrantes da organização comandada pelo contraventor. Segundo matéria publicada pela imprensa, membros do grupo estariam vendendo imóveis para fugir.

São R\$ 150 milhões em bens listados em nome de 30 investigados pela CPI, disse o senador. Entre as propriedades, uma fazenda de R\$ 20 milhões em nome de Andressa Mendonça, mulher de Cachoeira. A proposta aguarda relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).



Senador é autor da proposta, que aguarda indicação de relator na CCJ

Presidente Sarney convocou senadores para esforço concentrado na terça e na quarta-feira; medida provisória que altera o novo Código Florestal será votada duas semanas antes de perder a validade

Plenário vota MP do Código Florestal na semana que vem

O SENADO FARÁ sessões deliberativas na terça e na quarta-feira da próxima semana para votar a medida provisória do Código Florestal (MP 571/12).

O presidente do Senado, José Sarney, convocou o novo período de esforço concentrado após ouvir os líderes dos partidos, motivado pela aprovação da MP na Câmara dos Deputados.

A MP que modifica o novo Código Florestal (Lei 12.651/12) foi aprovada na terça-feira pelos deputados e deve chegar ao Senado nos próximos dias.

Para o líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), a terça é uma boa data — 11 dias antes das eleições municipais e 12 dias antes da data-limite para exame da MP.

O texto aprovado na Câmara resulta de acordo firmado em agosto na comissão mista que fez análise prévia da MP.

Na ocasião, a disputa era pelo retorno da proteção de rios

não perenes (temporários, que secam no período de estiagem), que havia sido retirada por uma emenda da bancada ruralista.

Para garantir que as margens de rios temporários fossem mantidas como áreas de preservação permanente (APPs), como ocorre com rios perenes, parlamentares ligados às questões ambientalistas tiveram de ceder em uma demanda dos ruralistas.

O texto original da MP estabelece a “escadinha”, reduzindo a exigência de recomposição de matas para propriedades menores e aumentando para as maiores. Os benefícios escalonados alcançavam propriedades até 10 módulos fiscais, mas, no acordo firmado na comissão mista, foram ampliados para áreas de até 15 módulos, que são as propriedades médias.

Além disso, foi reduzida de 20 para 15 metros a largura da faixa mínima de mata exigida nas margens de rios, para médios

produtores. Para grandes, a exigência de recomposição caiu de 30 para 20 metros.

Foi mantida, para as propriedades maiores, a recomposição máxima de 100 metros de mata. No entanto, foi aprovada norma que delega aos programas de regularização ambiental (PRAs), a serem implantados pelos governos estaduais, a definição sobre qual será a obrigação de recomposição de cada produtor, dentro do mínimo e do máximo fixados.

As mudanças na escadinha desagradaram à presidente Dilma Rousseff, levando o governo a acenar com a possibilidade de vetos, o que gerou reação da bancada ruralista, dificultando a aprovação na Câmara.

A tendência é que não haja dificuldade no Senado — o texto resulta de entendimento envolvendo senadores que acompanham o tema desde o início do processo de reforma do Código Florestal.



Plenário da Câmara durante a votação, anteontem, da MP do Código Florestal: texto agora será analisado pelo Senado

Indicado ao STF será sabatinado na terça-feira

O magistrado Teori Zavascki, indicado pela Presidência da República para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), será sabatinado na terça-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Seu nome poderá ser votado pelo Plenário do Senado logo em seguida — os senadores

realizarão sessões deliberativas na terça e na quarta-feira, como parte do esforço concentrado do período eleitoral.

O relator da indicação, Renan Calheiros (PMDB-AL), afirma que Zavascki tem os “atributos constitucionais necessários” para o cargo.

Se for aprovado, ele ocupará a vaga deixada pelo ministro

Cezar Peluso, que se aposentou no início do mês.

Conhecido como um dos ministros mais técnicos do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Zavascki defende a racionalização dos trabalhos do Judiciário e a necessidade de rediscutir o papel do STJ, que hoje, segundo diz, é de revisão das decisões estaduais.

Ana Amélia quer afastamento em reeleição

Ana Amélia (PP-RS) defendeu ontem proposta de emenda à Constituição (PEC 48/12) de sua autoria que determina afastamento do cargo, nos quatro meses anteriores à votação, de presidentes da República, governadores e prefeitos que se candidatarem à reeleição. Na opinião da senadora, isso evita que titulares do Executivo se beneficiem do uso da máquina pública durante o período eleitoral.



— Prefeito que disputa a reeleição pode praticamente tudo — disse a senadora, apontando concorrência injusta e competição desequilibrada. A PEC 48/12 está na Comissão de Constituição e Justiça aguardando a designação de relator.

No mesmo pronunciamento, Ana Amélia comunicou estragos em várias cidades de seu estado causados pelas fortes chuvas dos últimos dias.

Cristovam: PT e PSDB não debatem, só acusam

Cristovam Buarque (PDT-DF) lamentou que o Congresso não venha mais discutindo grandes temas ou propostas para o futuro do país. Assim, ele classificou como positivo o debate a respeito do mensalão, ocorrido anteontem entre senadores do PSDB e do PT, apesar de limitado a “acusação e defesa”.

— Eu queria ver um debate sobre o que cada partido oferece para o futuro do Brasil. Mas não vimos porque PSDB



e PT pensam igual. A cara, a personalidade de Lula, é completamente diferente da cara e da personalidade de Fernando Henrique Cardoso, mas o programa é o mesmo, com pequenas nuances.

Segundo Cristovam, os dois partidos deveriam discutir o que cada um oferecerá para que o futuro seja diferente do de um país com alta criminalidade, taxa de crescimento pequena e educação “vergonhosa”.

Câmara e Senado fazem acordo sobre MP do Pasep

Comissão mista que vai analisar a medida foi instalada ontem. MP reduz multas para estados e municípios devedores do Pasep e mantém alíquota zero para o PIS-Pasep incidente sobre massas

ACORDO ENTRE CÂMARA e Senado deve nortear a votação da Medida Provisória (MP) do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) na comissão mista do Congresso instalada ontem para examinar o texto. Quem adiantou o clima de conciliação foi a senadora Ana Rita (PT-ES), eleita presidente da comissão.

A parlamentar pretendia iniciar, ainda ontem, a análise das emendas apresentadas à MP 574/12 durante a discussão na Câmara.

— Vou apresentar uma proposta de cronograma para fazer a discussão e votar essa MP o mais rápido possível.

Estados e municípios devedores do Pasep enfrentam, desde junho, a retenção de parcelas desses débitos nos repasses de verbas dos respectivos fundos de participação

(FPE e FPM). Essa foi uma das providências estabelecidas pela MP, já prorrogada por 60 dias, a partir de agosto.

Redução das multas em 60%, dos juros em 25% e dos encargos legais em 100%, além da ampliação do parcelamento de 60 para 180 meses, são algumas das vantagens oferecidas aos estados e municípios que aderirem à proposta.

A MP também amplia a vigência da alíquota zero da contribuição para o PIS-Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes na importação e comercialização no mercado interno de massas.

Ana Rita também avaliou a questão como pacífica e disse que a medida vai assegurar alimento de melhor qualidade na mesa dos brasileiros.

A desoneração deverá se prolongar até 31 de dezembro

e tem como objetivo manter a redução no preço desses produtos.

A comissão tem como vice-presidente o deputado Cláudio Puty (PT-PA) e como relator e relator-revisor, respectivamente, o deputado Sandro Mabel (PMDB-GO) e o senador Tomás Correia (PMDB-RO).

Por falta de quórum, foi adiada a instalação de comissões mistas para as seguintes MPs: 576/12, que modifica o nome da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade para Empresa de Planejamento e Logística (EPL); 577/12, que trata da extinção das concessões do serviço de energia elétrica; 578/12, que permite a dedução no IR da depreciação acelerada dos veículos para transporte de mercadorias; e 579/12, que regula a redução dos encargos na tarifa de energia.

Mozarildo comemora aprovação de free shops em cidades nas fronteiras

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) comemorou a aprovação, pelo Senado e pela Câmara, do projeto de lei que autoriza o Executivo a instalar lojas francas — os chamados *free shops* — em municípios caracterizados como cidades gêmeas nas regiões de fronteira (PLC 11/12). O projeto aguarda sanção presidencial.

Mozarildo, que foi relator da proposta na Comissão de Relações Exteriores, disse que a criação dessas lojas francas será uma grande justiça com as cidades brasileiras que fazem fronteira com países como Venezuela, Bolívia, Argentina, Guiana e Uruguai, entre outros.

Segundo o senador, essas cidades de fronteira dos outros países têm suas próprias lojas francas, que vendem produtos com preços bem abaixo dos praticados no Brasil, atraindo consumidores, mão de obra e empresários brasileiros.

— Perdemos dinheiro, perdemos impostos e geração de empregos. Se fizermos as contas, o Brasil só sairá ganhando — disse Mozarildo.

Em apartes, os senadores Tomás Correia (PMDB-RO) e Ana Amélia (PP-RS) também comemoraram a aprovação da matéria. Tomás lembrou que a instalação das lojas francas dependerá também

de negociações do governo com a Receita Federal. Ana Amélia destacou que mais de 30 cidades brasileiras poderão ser beneficiadas, dez delas no Rio Grande do Sul.

Mozarildo aproveitou para informar que a Câmara dos Deputados deve votar em breve projeto de sua autoria (PLS 211/02) que autoriza a criação de Colégio Militar nas capitais Boa Vista e Rio Branco.

— Essas instituições proporcionam ensino de qualidade para os jovens — afirmou o senador.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Senadores Gim Argello, José Pimentel, Renan Calheiros e Sérgio Souza com o relator da MP, deputado Sandro Mabel (de pé)

Comissão mista examina parcerias público-privadas

O Congresso instalou ontem a comissão mista que vai examinar a medida com mudanças nas normas para licitação e contratação em parcerias público-privadas (PPPs).

Foi eleito presidente o deputado Assis Carvalho (PT-PI) e, para vice, o senador Anibal Diniz (PT-AC). A relatoria será de Sérgio Souza (PMDB-PR). O deputado João Magalhães (PMDB-MG) será relator-revisor. Pela MP 575/12, União, estados e municípios passam a aportar recursos para que parceiros privados construam ou adquiram bens contratados proporcionalmente às etapas concluídas. Antes, pela Lei 11.079/04, o repasse ocorria após a conclusão das obras.

Começa análise da MP dos contratos do Ceitec

Foi constituída a comissão mista para examinar a medida que autoriza a prorrogação, por 12 meses, de contratos com trabalhadores temporários firmados pelo Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec), empresa pública ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. A MP 580/12 autoriza ainda a contratação direta do Ceitec por órgãos e entidades da administração pública, sem necessidade de licitação.

Na justificativa da MP, o governo alega interesse no desenvolvimento de uma indústria de semicondutores nacional, e que a prorrogação é necessária enquanto o concurso público para o Ceitec não é finalizado.

Cidinho Santos elogia incentivos do governo à indústria nacional

As medidas econômicas do governo para incentivar a economia e aumentar a competitividade da indústria foram elogiadas ontem por Cidinho Santos (PR-MT). Ele listou iniciativas da presidente Dilma Rousseff que, em sua avaliação, devem resultar em crescimento.

A medida mais importante, disse o senador, é a redução das taxas de juros. A liberação de R\$ 30 bilhões pelo Banco Central para aumentar a oferta de crédito e incentivar o consumo foi outra iniciativa positiva, segundo Cidinho, assim como a desoneração da folha de pagamento de 40 setores da economia.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Estados produtores devem receber ICMS da energia, diz Tomás

Tomás Correia (PMDB-RO) apoiou que se passe para o estado produtor de energia elétrica a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), hoje cobrado no estado consumidor.

O senador disse que a grande quantidade de pessoas que foram trabalhar na construção de duas usinas em seu estado — Santo Antônio e Jirau — gerou sobrecarga na saúde, na educação e na infraestrutura do estado, mas a arrecadação de ICMS da energia gerada pelas usinas, segundo Tomás, será totalmente feita por São Paulo, que já arrecada 34,6% do ICMS em todo o país.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Vital critica controle de hospitais pela Rede D'Or

Vital do Rêgo (PMDB-PB) voltou a criticar a concentração dos hospitais de Brasília na Rede D'Or. Segundo o senador, a rede detém 90% dos serviços hospitalares no Distrito Federal. Vital disse que a iniciativa privada aproveita da incapacidade do setor público na prestação de serviços na saúde para oferecer serviços que são o mínimo aceitável.



Waldemir Barreto/Agência Senado

— Esta mesma Rede D'Or comprou, nos últimos três anos, 30 hospitais no país através de um financiamento do Banco Pactual. Como vieram esses recursos? Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu que empresas tenham sistema de saúde que trabalhem para o interesse público. Tomás Correia (PMDB-RO) disse que monopólio é sempre ruim.

Falta de quórum impede votações sobre Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) cancelou ontem as reuniões das 14h, das 18h e das 20h, por falta de quórum. A CMO precisa de pelo menos 18 deputados e sete senadores para deliberar e tinha na pauta as medidas provisórias (MPs) 572 e 573, ambas de 2012, que liberam recursos adicionais para diversos ministérios e programas de governo, assim como 18 projetos de crédito extraordinário

enviados pelo Executivo.

A oposição tem obstruído as votações na CMO. Além disso, o ritmo de trabalho da comissão também tem sido comprometido pelo período eleitoral, no qual os esforços concentrados do Senado e da Câmara dos Deputados funcionam de forma alternada, o que contribui para dificultar a obtenção de quórum em comissão composta por representantes das duas Casas.